

Contar o conto «Muminha vai para a Escola»

Baltasar Lopes, in *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea*, Praia, Ed. Henriquinas, 1960, p. 153-173

**Alberto Carvalho
Faculdade de Letras de Lisboa
(2014)**

o. Referência

Entre simpatias e afinidades, o Mestre filólogo e romanista Baltasar Lopes tinha por Eça de Queirós um apreço indisfarçável, pelo seu perfil intelectual e protagonismo de cronista e de escritor de vocação para o requisitório social, pela finura do humor e da ironia, pela escrita que, de tão porfiadamente trabalhada, acaba por entrar na tipologia do estilo de coloquial familiaridade ou da frase polida das asperezas da palavra rebarbativa, num fluir discursivo tão perfeitamente visível nesse bem queirosiano texto «A Perfeição».

Ainda que à conta de epifenómeno, não será também irrelevante o facto de Cabo Verde povoar com diversas referências, embora superficiais, a obra de Eça, facto certamente propiciador de empatia favorável à recepção identificadora, por parte de Baltasar Lopes e de tantos outros intelectuais cabo-verdianos.

Longe da noção de influência ou de sugestão que a obra de um escritor possa exercer sobre outro, as referidas afinidades reforçam-nos no entanto a convicção que se confirma por cotejo de, no caso concreto dos contos «Singularidades de uma Rapariga Loura», de Eça, e «Muminha Vai para a Escola», de Baltasar Lopes, se dar a ver a utilização de formas e de elementos estilísticos que denunciam expressivas similaridades. Mas, partindo dessas afinidades, as formas e os estilos orientam-se para estéticas de finalidade divergente.

A. Analogias

1. A ironia constitui um elemento retórico consensualmente reconhecido na narrativa de Eça, presente em abundantes ocorrências em «Singularidades [...]», mas singularmente no início da paixão de Macário pela rapariga loura. Os serões romântico e saudosista nas casas de D. Cláudia e de mãe Vilaça, nesse período de fascínio amoroso, são iconizados por um discurso onde a ironia se encontra transposta, não para o signo nem para a frase, mas para o todo da linguagem significante, mobilizando ao mesmo tempo os planos da expressão e do conteúdo (Hjelmslev);

1.1. No plano da expressão, os enunciados revestem-se da forma única da continuidade discursiva, muito compacta, sem parágrafos, com alguns recortes dialogais, visivelmente distanciada do estilo enunciativo comum que alterna entre diálogo, descrição, relato;

1.2. No plano do conteúdo entretecem-se as formas e as substâncias para darem sentido ao deslize da ironia para o cómico circunscrito a microcosmos privados, moribundos, que se esforçam por subsistir:

1) Semas: afecto/prosaísmo/fatalismo

[...] o Sr. Macário é que não teve sensação alguma [...] todo absorvido, falando com a Menina Vilaça. E dizia-lhe meigamente:

--Então, noutra dia, gostou das casimiras?

--Muito -- disse ela baixo.

E, desde esse momento, envolveu-os um destino nupcial. (Eça de Queirós, *Singularidades de uma Rapariga Loura*, Mem-Martins, Europa-América, s.d., p. 44-45 (3ª ed.).

2) Semas: formalismo/luxo/decadência

[...] um corregedor de Leiria recitava o «Madrigal de Lídia» [...] em redor, formando círculo, as damas [...] tinham sorrisos ternos [...] cobertas de plumas [...] «Muito bonito», diziam, «muito bonito!» E o corregedor, desviando a luneta, cumprimentava sorrindo -- e via-se-lhe um dente podre (*id.*, p. 45).

3) Semas: exibicionismo/fingimento/economicismo

[...] tinha ficado ao lado da Menina Vilaça [...] a peça [...] desapareceu [...] Macário exalava-se em exclamações desinteressadas:

--Pelo amor de deus! Ora que tem! Amanhã aparecerá! Tenham a bondade! Por quem são! Então Sr.ª D. Luísa! Pelo amor de Deus! Não vale nada.

Mas mentalmente estabelecia que houvera uma subtracção (*id.*, p. 46-47).

2. No conto de Baltasar Lopes a ironia também transcende largamente a ordem da frase, para finalmente se concentrar, de maneira inesperada, num exercício metalinguístico;

2.1. Conhecida a notícia sobre a morte de um homem de alcunha “Muminha”, esta palavra vai constituir o significante motivador de um processo antigo que se resolve na informação de que “Muminha” se suicidou por ser epilético;

2.2. Os meninos em idade escolar, que puseram a alcunha ao companheiro, viram nessa doença, quando ela lhes foi revelada, não a infelicidade do mal em si mesmo, mas apenas o signo linguístico que o nomeava ou, mais cruamente, o difícil significado de “esdrúxulo”:

1. Semas: patologia/ingenuidade/metalinguismo

Muminha sofria de ataques epiléticos desde a primeira infância. «Epiléticos». O único drama que podíamos suspeitar nesta palavra era na sua superfície: palavra esdrúxula [...] que nos obrigava [...] a consultar o vocabulário de Gonçalves Viana [...] e, assim, lhe pespegarmos, ou não, o acento agudo ou circunflexo na antepenúltima sílaba.

3. Mais expressivo do que este paralelismo nas configurações irónicas macro-discursivas é a espécie de insígnia que constitui o pouco habitual gosto pela hipálage, corrente em Eça: “côncavo silêncio”, “ermo ascético”, “murmurosa concavidade”, “silêncio saliente”, logo no início de «Singularidades [...]» e em Baltasar Lopes: “dois dedos distraídos”, “conselho distraído”, “momento pensativo”, também logo no início da «Muminha [...]».

4. Sendo contos estruturalmente similares com histórias que começam pelo final recorrem ambos à analepse de função etiológica:

1. Analepse com função elucidativa da lembrança dolorosa («Singularidades [...]»)

[...] contraiu-se num silêncio saliente. Até aí estivera alegre, rindo dilatadamente; loquaz e cheio de bonomia. Mas então imobilizou o seu sorriso fino. [...] tinha tocado a carne viva de uma lembrança” (*id.*, p. 38).

1. Analepse com função explicativa do suicídio («Muminha [...]») [...] Muminha se tinha suicidado [...] deixou uma carta [...] explicando que se ia embora porque a sua doença não lhe deixava esperança de ter sempre ânimo de trabalhar para viver decentemente” (p. 155).

5. Opõem-se, no entanto, os dois contos no essencial da estética que os orienta, i)- no de Eça, encontra-se vertido num discurso de registo escrito um caso contado oralmente no decurso de uma noite; ii)- no de Baltasar Lopes, o discurso de registo oralizante, que tira o sentido da situação da conversa de café em torno da notícia, permanece em toda a história, moldando a narrativa escrita a um simulacro coloquial, e funcional, do conto oral aplicado a uma prolongada conversa de café.

6. No pressuposto destas anotações, tomaremos para referentes conceptuais do trabalho a desenvolver, deixadas como indicação, em cada caso que as torne necessárias, as definições expostas e fundamentadas no trabalho de título “Variações nos Tempos e na Narração, em «Singularidades de uma Rapariga Loura», de Eça de Queirós.

B. «Muminha Vai para a Escola» (Abreviatura em citações, “M”)

1 Tempo do discurso

1.1 Nas formas de presente verbal do indicativo fica impressa a função comunicativa do sujeito narrador que, neste agora, se dirige aos destinatários, comunicando-lhe a notícia de que recentemente tivera conhecimento, ouvida em conversa de café, sobre o suicídio de Muminha em Lisboa.

1.2. Torna-se visível logo no *incipit* textual a dominância do registo coloquial do narrador que recorre a diversas formas: i)- licença gramatical: “grande acaso” em lugar de “acaso raro”; ii)- sentido anacrónico no encontro dos referentes opostos: “tive” (tempo passado) “agora” (tempo presente); iii)- simplificação gramatical: “estes dias” por “num destes dias”:

Citação 1

Por um grande acaso, tive agora estes dias uma notícia que me deixou uma impressão difícil de definir (“M”, p. 155).

1.3. No mesmo estilo coloquial, agora expresso em: i)- licença poética: “dedos distraídos” e ii)- conotação: “incidente” da palestra, no tempo presente de há alguns dias o narrador de hoje continua a ser o protagonista das falas havidas no café Royal:

Citação 2

Estava eu a dar dois dedos distraídos de conversa num grupo de pessoas conhecidas, a uma das mesas do Royal (id., *ibid.*).

1.4. Mas também, como destinatário, obtive aí uma informação de um outro narrador:

Citação 3

e um dos meus antigos discípulos no Seminário de S. Nicolau disse-me, num incidente da palestra, que Muminha se tinha suicidado em Lisboa (id., *ibid.*).

1.5. Por sua vez, este discípulo narrador foi destinatário, num presente mais antigo, da informação de outro narrador, eventualmente de/em Lisboa, sítio do acontecimento. Nesta última versão dos factos, o estilo oral dá lugar ao registo escrito, por coerência formal, uma

vez que a informação, para preservar a credibilidade, deve reproduzir a forma utilizada na fonte, a escrita da carta deixada à mulher;

Citação 4

Suicidou-se com um tiro de pistola na boca, e deixou uma carta à mulher e à mãe, explicando que se ia embora porque a sua doença não lhe deixava esperança de ter sempre ânimo de trabalhar para viver decentemente com o grupo que ele criou à sua volta (id., ibid.).

2. Discurso e Coloquialidade

2.1. Registos

2.1.1. Nestes momentos elocutivos de “eu” narrador (Citação 1), de “eu” auditor-narrador” (Citação 2), de “ele” informador (Citação 3) e de “ele” conteúdo de informação (Citação 4: Suicidou-se com um tiro de pistola na boca), a função activa do discurso fica a cargo do “eu” auditor-narrador”, em virtude da sua dupla funcionalidade, primeiro como auditor da informação e, depois, neste agora, no papel de mediador que apresenta o assunto (a morte de Muminha), o lugar de circulação da mensagem (o café Royal) e o tema (a doença);

2.1.2. Uma vez introduzido o assunto de molde a suscitar a curiosidade do destinatário e, por detrás dele, do leitor, o sujeito discursivo toma conta da cena textual para contar, não ainda a história daquele que se suicidou, mas as circunstâncias em que o assunto surgiu na referida conversa do café Royal:

Citação 5

Lembro-me bem como a informação surgiu. Falava-se de doenças terríveis, insidiosas, dessas de que os estranhos mal se apercebem, mas que vão lenta e seguramente minando as bases de uma saúde, portanto, claro está, de uma existência. Os outros não dão por isso salvo, já se vê, uma cor mais amarelada ou então um humor mais instável, em suma, a falta de paciência tão conhecida.

E é sempre o diagnóstico e o conselho distraído:

-- Homem, você precisa mudar de ares! Vá passar um mês em Santo Antão, que esta má cor lhe passa logo...

Outras vezes:

-- Isto é de você estar sempre metido no escritório. Nem um passeio... Faça como eu, que não perdoou um domingo sem passar o dia inteiro na Mاتيota ou no João d'Évora, à beira-mar...

Confesso que quando me apareceu a notícia, incidentalmente, no meio da conversa, como já disse, ela não me fez logo qualquer mossa. Era, conforme se costuma dizer, uma voz de muito longe, já perdida nos esconderijos da memória (id., p. 155-156).

2.2. Lógica causal. No que toca à Citação 4, como referimos acima, para reproduzir com fidelidade o caso do suicídio, ou seja, as razões para essa atitude, como informação escrita deixada pelo marido à mulher e à mãe, o enunciado deve obedecer a uma sintaxe regida pelo rigoroso encadeamento lógico das ideias, por coordenação, pela explicação gerundiva, por dados que subordinam os efeitos às causas, de maneira a ajustar a ordem das frases às ideias gerais completas a serem transmitidas concisamente e de sentidos explícitos;

2.3. Lógica associacionista

2.3.1. Na Citação 5, o presente verbal (“Lembro-”) fundamenta o momento actual do discurso assumido por um sujeito que diz “eu” (“me”), numa situação que, por obedecer ao registo da oralidade, deixa agora livre curso à mobilidade das ideias;

2.3.2. Diz-se em linguagem popular que “as conversas são como as cereja, vêm umas atrás das outras”, para metaforizar a lógica que subjaz ao registo da oralidade, dependente de

relações associacionistas, segundo as regras da analogia, do contraste e da contiguidade (dominantes no excerto em Citação 5);

2.3.3. Os sintagmas “Lembro-me bem”, “Falava-se”, “portanto, claro está”, “já se vê”, “Confesso que”, “Nem um passeio...”, “no meio da conversa”, “como já disse”, “como se costuma dizer”, “não me fez logo qualquer coisa”, obedecem ao estilo da espontaneidade das falas por associação de ideias nos acasos da conversa sobre, i)- doenças; ii)- doenças insidiosas; iii)- insidiosa a doença que leva à ruína uma existência; iv)- o carácter insidioso da doença oculta-a ao olhar dos outros; v)- por estar oculta, vem o diagnóstico superficial e o conselho lenitivo de desanuviar, passeando até Santo Antão, Matiota, João d’Évora;

2.4. Evocação lexical e semântica. As palavras, os signos linguísticos são formados pelo “significante” (imagem acústica) e pelo “significado” (conceito) (Saussure) que têm por propriedade interna, convencional, unirem-se um aos outros, i)- por efeito referencial, um significante evoca um significado; ii)- por evocação (Ullmann) morfológica, fonética ou semântica uns termos têm a virtude de lembrar outros ou situações, casos, acontecimentos de ocorrências antigas ou recentes;

2.4.1. No último parágrafo da Citação 5 passa-se imperceptivelmente, por contiguidade evocadora na memória do narrador, como se vê na Citação 6, i)- da palavra inserida na notícia para uma personagem a quem ela foi aplicada; ii)- da personagem para o seu comportamento; iii)- do seu comportamento para um episódio de ambiente escolar que originou a atribuição da alcunha de “Muminha”;

2.4.2. Sucessivamente, no imaginário verbal, o termo desencadeia por evocação analógica a lembrança de um assunto associado, mas desvanecido no fundo da memória;

Citação 6

Muminha. Mas não tem dúvida, eram afinal sílabas conhecidas. O *i* da sílaba tónica não me era estranho, ele despertava em mim ressonâncias. Também, diga-se em abono da minha capacidade de evocação, foi tudo obra de um instante. Aquele *i* tão agudo a qualquer ouvido, mesmo ao mais desprevenido, apoderou-se rapidamente da palavra, transformou-a em figura de gente (de gente conhecida), e subitamente fiquei com Muminha em frente de mim, com a sua figurinha de menino-de-almanaque, sua cor sem préstimo de feijão crescido ao pé de pote de água, e até com o José Mateus, o criado, respeitosamente uns passos atrás de Muminha, quando este saía das aulas do Seminário de livros debaixo do braço (id., p.156).

2.5. Fase inicial, preparatória

2.5.1. O sujeito enunciador aborda a questão de maneira a valorizar só um dos lados do meio linguístico (Jakobson), a sua materialidade significante, em detrimento da realidade semântica, humana, que a linguagem tem por função veicular;

2.6. Estilo discursivo coloquial

2.6.1. Como se referiu, a coloquialidade é o preceito motivador, propiciador da recepção da história que vai ser contada, envolvendo-a numa circularidade formal que liga a abertura à finalização (à semelhança do conto de Eça), como se de uma aula de linguística se tratasse;

2.6.2. Primeiro, o fone [i] da “sílabas tónica” vem evocar a palavra onde existe essa sílaba, “Muminha”, depois, a palavra evoca uma “figura de gente” e, por fim, essa figura identifica a personagem da história antiga que agora se presentifica verbalmente;

2.6.3. Neste lugar inicial, e início da história, a personagem é um ser feito de palavras, uma entidade lexical preenchida por sentidos pejorativos e caricaturais, de “figurinha”, de “menino de almanaque”, “sem préstimo de feijão crescido ao pé de pote de água”;

2.6.4. Por intermédio da evocação, num movimento que traz para o presente um elemento do passado, a personagem apresenta-se como um quase signo vazio (Hamon) que deverá ser preenchido ao logo da narrativa. Uma função essencial da história é, pois, constituir a personagem que, de começo, só tem uma alcunha, palavra que vai sendo semantizada por elementos de vivência humana.

3. Mimese e Diegese

3.1. Mimese. Designa-se mimese o modo narrativo que se ocupa da função de figurar, representar, as realidades e situá-las no espaço, fazendo uso de verbos de estatismo que definem contornos de “ser” e “estar”. Um das propriedades da mimese consiste em intervir activamente na produção do “efeito de real” (Barthes, Genette);

3.2. Diegese. Designa-se diegese o modo narrativo, temporal, com a função de relatar os acontecimentos e factos em sequência lógica (antecedentes e consequentes) e cronológica (consecutivos), situando-os na espacialidade construída pela mimese, mediante o emprego sistemático de verbos de acção, dinâmicos, transitivos, que definem os processos, o “fazer”. A natureza realista do “fazer” depende grandemente do tópico espacial identificador.

3.3. Narrativa oral / Narrativa escrita

3.3.1. Nas narrativas de tradição oral, “Era uma vez, algures”, rasuram-se os referentes de temporalidade escandida no calendário e de espaço realista, deixando a história a pairar na indeterminação de coordenadas (de espaço e tempo), cingida à diegese pura (sem espaço definido, atópica) e existente para todo o sempre (sem tempo definido, acrónica);

3.4. Homologia entre registo oral e escrito

3.4.1. Na situação oral de contar um conto é efectiva a relação de copresença, da voz do contador dirigida ao ouvido do auditório, não sendo raro estabelecer-se a troca de falas directas entre quem conta e quem escuta, assim como desafios ou interpelações em um ou outro sentido, do contador a provocar reacções no auditório ou de elementos do auditório a proporem novos matizes de execução ao contador (Pierre N’Da);

3.4.2. Na situação da escrita, onde o relatar ou narrar uma história é, de facto, dominado pelo isolamento criativo, a ausência do destinatário (aliás indeterminado) é ludibriada pelo fingimento da sua presença que se obtém com o artifício da linguagem coloquial;

3.5. Narrativa contada

3.5.1. No enunciado da citação abaixo tem início um processo contrário ao indicado acima em 2.6.4. Em lugar de, pela evocação, um elemento do passado ser trazido ao presente do discurso, será agora o momento de fazer intervir a analepse, de proceder a um recuo do presente temporal para o passado, da idade de narrador adulto para a idade infantil;

Citação 7

Recordo-me perfeitamente, Muminha punha bem em evidência o compêndio de Desenho, do Coronel Marques Leitão, tão invejado por nós todos, porque o livro tinha uma bela capa verde, com as letras de identificação todas a branco, e além disso não se vendia nas lojas da ilha, e era necessário mandá-lo vir directamente de Lisboa pelo correio.

Lisboa! O prestígio que este nome tinha para nós, principalmente desde que estudámos no segundo grau o trecho tão bonito do João-da-cambrona sobre a conquista da cidade aos Mouros! Não garanto mas tenho quase a certeza de que Muminha manejava propositadamente a capacidade de despertar invejas contida nas seis letras da capital do País, quando, à saída do Seminário, passava por nós os externos com a sua Lisboa encadernada em verde. E ela fazia-nos parar um momento pensativo nas nossas brincadeiras brutas de futebol na calçada que ficava ao de fora do portão do Seminário e de combates com pedradas sobre soldados de papel fincados no chão, ou, de homem para homem, com granadas de olho-de-boi e lanças de cana-caninha.

E era sempre assim.

Muminha era constantemente motivo do nosso ódio ou do nosso desprezo («Menino fêmea» -- escarrava, enjoado, o Cesário), mas também, sejamos francos, das nossas conversas.

Este nome de Muminha foi uma das criações do José Coimbra. Mas não vos disse ainda quem era o Zé Coimbra.

Pois o Zé fazia trinta por uma linha. Nesse tempo começávamos a aprender as primeiras matérias de história pátria e universal. Depois vereis como é pertinente esta informação [...]. (id. p. 156-157).

3.5.2. Interpenetram-se neste processo três eixos direccionais:

3.5.2.1. No primeiro eixo, o narrador e o discurso continuam a sustentar, na continuidade das Citações 1, 2 e 3, um discurso de grande força elocutiva dirigida ao destinatário para o motivar em relação aos factos que vão ser contados;

3.5.2.2. No segundo eixo, o discurso também se orienta-se do presente para o passado, para a referência, apropriando-se dos conteúdos desse passado para os julgar e apreciar em função do presente;

3.5.2.3. No terceiro eixo, o discurso assume como deve a função narrativa, mergulhando no passado para contar os acontecimentos e factos da história, integrados no seu contexto de situação temporal antiga e de vivência etária infantil;

3.5.3. Pertencem ao primeiro eixo direccional as referências do narrador a si próprio:

3.5.3.1. Umas estão distribuídas pela Citação 7: “Recordo-me”, “nós” (eu + eles), “Não garanto”, “tenho quase”, “sejamos francos”, “não vos disse ainda”, “Depois vereis como é pertinente esta informação”;

3.5.3.2. Outras referências surgem disseminadas ao longo do texto, recolhidas de forma não exaustiva: “A este respeito (desculpem os mil incidentes desta história que vos estou contando, mas suponho que tudo é necessário para vocês se certificarem intimamente da verdade da minha narrativa)” (id., p. 159), “Creio ser desnecessário explicar” (p. 163);

3.5.4. Integram-se no segundo eixo direccional as formas de coloquialidade, relativas a elementos do passado que são apreciadas pelo narrador em função do momento actual:

3.5.4.1. São ainda da Citação 7: “perfeitamente”, “tão invejado”, “uma bela capa”, “e além disso”, “Lisboa!”, “o trecho tão bonito”, “João-da-cambrona” (João da Câmara), “seis letras da capital do País”, “Lisboa encadernada em verde”, “Suponho que em grande parte esta reserva do Zé”;

3.5.4.2. Disseminam-se no texto e registadas de forma não exaustiva: “Preciso rectificar. Isto é verdade mas, como toda a verdade, possui uma dose de relatividade” (id., p. 160), “Suponho que” (id., p. 160), “digamos a verdade” (id., p. 160), “Convém elucidar” (id., p. 161), “Confesso que não atribuímos” (id., p. 162), “Não vos tinha dito ainda que o Zé era quase camões de um olho” (metáfora) (id., p. 162), “suponho ter transmitido com fidelidade a sua substância” (id., p. 162), “Creio ser desnecessário explicar” (id., p. 163), “Escuso dizer-vos” (id., p. 163), “Digo com toda a franqueza” (id., p. 163), “Devo dizer-vos” (id., p. 165), “Hoje estou convencido” (id., p. 167), “deve ser por esta razão que não me lembro” (id., p. 167), “Via-se bem. Isto é um modo de dizer” (id., p. 168), “Entretanto (veja-o agora)” (id., p. 170);

3.6. Tempo de contar

3.6.1. Deixámos anotada em “o. Referência”, a “finalidade divergente” do conto de Baltasar Lopes em relação ao de Eça, retomada em “3.4.2” por alusão ao fingimento da presença do destinatário que se repercute na dimensão cronológica do tempo no presente enunciativo;

3.6.2. Um aspecto problemático a reter consiste na aporia do tempo na ordem do discurso, discurso que ocupa um constante presente enquanto, por outro lado, consome o tempo necessário ao trabalho de ordenação das ideias, da escolha do léxico e da composição das frases. A linha sintagmática da frase faz da escrita uma arte do tempo;

3.6.3. Na realidade, o verbo no presente do indicativo indica que o discurso tem por ponto de referência temporal o instante da sua realização, do mesmo modo que os sucessivos instantes em linha no desenrolar da frase contabilizam a duração do dizer/fazer discursivo;

3.6.4. Na falta de indicações explícitas considera-se que a duração do dizer/fazer discursivo é medida pela duração da escuta/leitura, ao contrário do que sucede em «Muminha [...]» onde as indicações de tempo intervêm com sentidos determinados: “Disse-vos ainda agorinha” (id., p. 158), “Disse-vos ainda não há grandes horas” (id., p. 160), “Não vos tinha dito ainda” (id., p. 162), “escuso dizer-vos que naquela agorinha” (id., p. 163), “Disse-vos agorinha” (id., p. 170);

3.6.5. Balizas cronológicas do acto de contar

3.6.5.1. Num certo lugar do texto, uma frase (3.5.3.1) “Depois vereis como é pertinente esta informação” (id., p. 157) aponta para outro lugar mais adiantado onde ocorre uma frase anafórica (já citada), “Disse-vos ainda agorinha” (id., p. 158). Na materialidade do conto o intervalo entre as duas citações mede-se por dezoito linhas de escrita, equivalentes na materialidade da fala (disse-vos) a um lapso de tempo tão breve quanto o indicado pelo diminutivo “agorinha”;

3.6.5.2. De modo similar, num outro lugar do texto ocorre a frase “Devo dizer que nesta disciplina tínhamos a sorte invulgar de ser nosso professor um homem de quem não podíamos trocar” (id., p. 158), à qual corresponde, num lugar mais avançado do texto, a frase de sentido retrospectivo (anafórico), «Disse-vos não há grandes horas que nunca nos passou pela cabeça trocar do nosso professor de História» (id., p. 160);

3.6.5.3. Segundo o critério anterior da materialidade do conto e da fala, o intervalo mede-se agora por quarenta e uma linhas equivalentes a algumas horas (não muitas), facto que dá a ver a incongruência dos dados, primeiro, cerca de dezoito linhas para alguns minutos (agorinha) e, depois, um pouco mais do dobro das linhas ($2,3 \times 18 = 41$) para algumas horas;

3.6.6. Em remate dos tópicos referidos em “3.6.1”, relativos ao fingimento da presença do destinatário no horizonte dialogal do narrador, devemos acrescentar que a divergência de maior relevo entre os textos de Baltasar Lopes e de Eça reside na intencionalidade estética da escrita no horizonte dos respectivos contextos epocais;

3.6.6.1. Ao postular a regra que mede o tempo da narração pelo da leitura, a teoria literária procura ajustar-se ao conceito estético da forma acabada da história que se conta como se ela existisse por si mesma, dissimulando o trabalho que precisamente a faz existir;

3.6.6.2. Sob este ângulo teórico, elucida-se a incongruência tendo em conta as significações engendradas pelo texto. A mesma verdade da demora de alguns minutos, num caso, e a de algumas horas, no outro, sustenta uma estética ambígua, i)- com o primeiro gesto, rasura-se o rasto deixado pelo trabalho da composição e da escrita do texto; ii)- com o segundo gesto, a rasura é precisamente negada, corrigida, para insinuar que, por debaixo da evidência das frases lidas, existe todo um labor que deve ser tido em consideração;

Notas

1. Nesta última frase evitamos deliberadamente a referência ao conceito de “trabalho da escrita”, “produção”, em voga na altura da publicação de «Muminha [...]» (cf. corrente literária francesa do “nouveau roman”) (Alain Robbe-Grillet), para darmos relevo apenas ao significante do engendramento textual relativos ao trabalho de contar, de quem conta (não o trabalho de produção criativa do conto).

2. O tópico “trabalho de produção” textual filia-se nas teorias materialistas que, em nome da prática significativa, recusava as formas de escrita representativa. Ora, já em *Chiquinho* (1947) Baltasar Lopes encenara em Andrezinho uma caricatura do saber livresco (nesses tempos em Cabo Verde) em torno da teoria materialista. Fizera a caricatura do saber revolucionário livresco de Andrezinho, mas não do saber revolucionário experiencial de José Lima.

3.6.6.3. Deve-se por isso dizer da história de Muminha que constitui o historial do contador (autobiográfico), onde a forma escrita sustenta uma história que elege para “personagem principal” a linguagem com a função de contar um conto: “O conto volta atrás” (id., p. 158), “O conto volta atrás outra vez” (id., p. 160).

4. História

4.1. Eixo direccional

4.1.1. Como se indicou em “3.5.2.3”, o terceiro eixo do discurso ocupa-se das condições, das circunstâncias e dos factos que perfazem a história. Mas, como também se acaba de referir,

todo o processo narrativo depende do exercício da linguagem manejada pelo contador e da forma como ela ordena e distribui os elementos do contexto e da acção;

4.2. Base da relação conflituosa (diferenciadora e segregacionista)

4.2.1. Fala narrativa que alinha e ordena dados informativos dispersos sobre a génese do conflito no espaço escolar: i)- o livro que Muminha exibia; ii)- a inveja dos condiscípulos que os fazia suspender as brincadeiras; iii)- o ódio ou desprezo do grupo contra Muminha; iv)- a hostilidade liderada por José (Zé) Coimbra;

4.2.2. Complemento informativo na fala do narrador;

4.2.2.1. Caracterização de Zé Coimbra, aluno exímio na aula de português na identificação das figuras de retórica. Assim caracterizado por antecipação justifica-se que, mais tarde, seja Zé Coimbra a alcunhar Muminha;

4.3. Instauração do conflito escolar (a figura de retórica);

4.3.1. Sequência do episódio-aula: i)- figura de sinédoque, na interpretação de Muminha; ii)- figura de metonímia, na versão de Zé Coimbra; iii)- opinião do professor favorável a Muminha; iv)- reacção inconformada de Zé Coimbra que sentiu injustiçado;

4.4. Prova de qualificação/conflito escolar (múmia na História egípcia)

4.4.1. Aula de História do antiga Egípto, ocasião para Zé Coimbra imaginar a alcunha em forma de metáfora, “Muminha”, para o seu adversário;

4.4.2. Auxílio prestado pelo grupo a Zé Coimbra, por provocação verbal do adversário com a alcunha ofensiva. Acção sem consequências;

4.4.3. Intensificação do insulto por Zé Coimbra que provoca Muminha, ao agarrá-lo pela camisa. Acção com consequências;

4.5. Consequência-1/ briga de efeito qualificador

4.5.1. Solução desfavorável a Zé Coimbra, vencido pela inesperada reacção de Muminha;

4.5.2. Solução desfavorável a Muminha, vencido pela irrupção da sua doença neurológica;

4.6. Consequência-2/ efeito escolar suspensivo

4.6.1. Aula de latinidade de grande tensão nervosa para Muminha: prova de saber VS não saber de João Gertrudes Duarte;

4.6.2. Desmaio de Muminha por nova irrupção do ataque neurológico;

4.6.3. Acompanhamento, pelos colegas, de Muminha levado de emergência para casa;

4.6.4. Diferença de imaginário: a mãe de Muminha não se encontrava ainda penteada;

4.7. Encontro pacificador (intervenção do pai)

4.7.1. Perda do ano escolar de Muminha;

4.7.2. Visita do pai ao Seminário e informação amigável aos alunos:

4.7.2.1. Primeira ocorrência do nome: Francisco doente, a ser enviado para Lisboa;

4.7.2.2. Convite conciliador de Francisco para merenda de despedida;

4.8. Descoberta da verdade (Parecer VS Ser)

4.8.1. Informação por Zé Coimbra sobre Francisco: sofrer de ataques epilépticos desde a infância;

4.8.2. Explicada finalmente a protecção e diferença de comportamento de Francisco.

5. Moral linguística da história (aos olhos infantis)

5.1. O único drama não consistia na doença de Francisco, mas no facto de a doença de que sofria se designar pela palavra “epiléptico”;

5.2. A palavra “epiléptico”, esdrúxula, acentuada na antepenúltima sílaba, obrigava a ir muitas vezes consultar o vocabulário de Gonçalves Viana;

5.3. A moral vocabular da história é inesperada e, no entanto, fora indiciada logo no início do texto com a evocação lexical do “i”, da sílaba e da palavra Muminha;

5.4. O circuito textual abre com a análise da palavra “Muminha”, a história explica como se deu a atribuição da alcunha e encerra com a análise da palavra epiléptico, nome da doença que motivava a diferença de Francisco, os cuidados que o rodeavam para o protegerem dos ataques da doença e que o faziam parecer o que de facto não era.

C. Tópicos de leitura de «Muminha [...]»

1. Questão sócio-cultural;

1.1. Café Royal, lugar simbólico, e seu valor humano de ponto de encontro;

1.2. Mindelo, espaço social urbano;

2. Referências espaciais da Vila da Ribeira Brava;

2.1. Lugares nomeados no texto do imaginário são-nicolaense;

2.2. Geografia humana e espaços de afecto;

3. Tempo Histórico;

3.1. Tradição escolar em Cabo Verde;

3.2. Seminário de S. Nicolau: datas de referência, fundação (1866), reformas (1911, 1918);

3.3. Caracterização do ensino do Seminário de S. Nicolau à luz das informações do texto;

3.4. Informação autobiográfica de Baltasar Lopes, aluno do Seminário;

4. Tempo da história;

4.1. Tempo escolar da história do conto «Muminha [...]» medido em Anos lectivos;

4.2. Tempos decorridos em função dos dois ataques sofridos por Muminha;

4.3. Tempo evocado na caracterização do pai de Muminha;

5. Tempo do discurso na oralidade e na escrita;

5.1. Expressões referidas ao presente discursivo (grande parte citada acima);

5.2. Formas verbais por norma conjugadas com orientação para os factos pretéritos;

5.3. Comentários do presente do discurso sobre os factos passados;

6. Registos de relato (escrito) e de conto (oral);

- 6.1. Sentido e função das expressões nas alíneas do item “3. Mimese e Diegese”
- 6.2. Formas gerais morfológicas e sintácticas na formação do estilo oral;
- 6.3. Descrição das formas da oralidade do narrador para influenciar o destinatário;

7. Questão discursiva;

- 7.1. Discurso na 1ª pessoa gramatical e referências autobiográficas;
- 7.2. Marcas discursivas do afecto de Baltasar Lopes pelo Seminário de S. Nicolau;
- 7.3. Verosimilhança realista da história autenticada pela biografia do Autor;

8. Questões de conteúdo (na história);

- 8.1. Aparência contraditória do comportamento e das atitudes dos condiscípulos em relação a Muminha, psicologia infantil (hostilidade, desprezo e convivência final);
- 8.2. Explicação do despeito dos colegas devido aos livros provenientes de Lisboa;
- 8.3. Questão da identidade de Muminha, nascido na Vila;
 - 8.3.1. Não ser considerado pertencente ao grupo por ser diferente dos crioulos;
 - 8.3.2. Não ser considerado pertencente ao grupo por ter livros que outros não tinham;
 - 8.3.3. Não ser considerado pertencente ao grupo por não entrar nas brincadeiras;

9. Questão do companheirismo;

- 9.1. Questão da crueldade infantil e da vitalidade;
- 9.2. Sentido iniciático das brincadeiras;
- 9.3. Qualidades para chefiar um grupo: físico, esperteza, melhor aluno;

10. Questão do saber ou não saber (a imaginação infantil);

- 10.1. As casas crioulas, transparentes, e a casa misteriosa de Muminha;
 - 10.1.1. Rejeição, segregação, de Muminha por a sua casa não ser transparente;
 - 10.1.2. Família de Muminha diferente à luz do imaginário infantil;
 - 10.1.3. Realidade dos factos e realidade construída pelo imaginário infantil;

11. Construção das personagens;

- 11.1. Forma como as personagens vão sendo dadas a ver na história;
- 11.2. Recursos lexicais e factuais na construção das personagens (Hamon);
- 11.3. Ordenação das personagens pelo ser, pelo fazer, pelo saber;

12. A questão do saber do narrador;

- 12.1. Saber total do narrador sobre a história por ter sido personagem dela;
- 12.2. Sabendo embora o nome próprio de “Muminha”, o narrador nunca o pronunciou;
- 12.3. O nome da personagem só entra na história depois de pronunciado pelo pai;

13. Técnica narrativa;

- 13.1. Contar a história como aconteceu: técnica da narrativa oral lógica e pedagógica;
- 13.2. No passado, os meninos só no final da história souberam da doença;
- 13.3. No presente, os destinatários da narrativa só no final na história ficam a saber qual a doença que levou Muminha ao suicídio em Lisboa;

14. Repercussões etno-culturais do olhar dos meninos;

- 14.1. Figuração crioula de mãe à imagem da mãe da personagem-narrador;
- 14.2. Por detrás do mistério da casa de Muminha, afinal a cordialidade do pai e da mãe;
- 14.3. Relações cordiais adultas: pai de Zé Coimbra antigo empregado do pai de Francisco.

15. Preconceitos sociais e realidade empírica;

- 15.1. Epilepsia como doença a ser escondida do conhecimento público;
- 15.2. Caso de booling nas relações conflituais infantis, Zé Coimbra VS Muminha;
- 15.3. Booling como modo de afirmação à medida da crueldade infantil.

D. Apêndice

«Muminha vai para a Escola»



Por um grande acaso, tive agora estes dias uma notícia que me deixou uma impressão difícil de definir. Estava eu a dar dois dedos distraídos de conversa num grupo de pessoas conhecidas, a uma das mesas do Royal, e um dos meus antigos condiscípulos no Seminário de S. Nicolau disse-me, num incidente da palestra, que Muminha se tinha suicidado em Lisboa. Suicidou-se com um tiro de pistola na boca, e deixou uma carta à mulher e à mãe, explicando que se ia embora porque a sua doença não lhe deixava esperança de ter sempre ânimo de trabalhar para viver decentemente com o grupo que ele criou à sua volta.

Lembro-me bem como a informação surgiu. Falava-se de doenças terríveis, insidiosas, dessas de que os estranhos mal se apercebem, mas que vão lenta e seguramente minando as bases de urna saúde, portanto, claro está, de uma existência. Os outros não dão por isso

salvo, já se vê, uma cor mais amarelada ou então um humor mais instável, em suma, a falta de paciência tão conhecida.

E é sempre o diagnóstico e o conselho distraído:

-- Homem, você precisa mudar de ares! Vá passar um mês em Santo Antão, que esta má cor lhe passa logo...

Outras vezes:

-- Isto é de você estar sempre metido no escritório. Nem um passeio... Faça como eu, que não perdoou um domingo sem passar o dia inteiro na Mاتيota ou no João d'Évora, à beira-mar...

Confesso que quando me apareceu a notícia, incidentalmente, no meio da conversa, como já disse, ela não me fez logo qualquer moça. Era, conforme se costuma dizer, uma voz de muito longe, já perdida nos esconderijos da memória.

Muminha. Mas não tem dúvida, eram afinal sílabas conhecidas. O *i* da sílaba tónica não me era estranho, ele despertava em mim ressonâncias. Também, diga-se em abono da minha capacidade de evocação, foi tudo obra de um instante. Aquele *i* tão agudo a qualquer ouvido, mesmo ao mais desprevenido, apoderou-se rapidamente da palavra, transformou-a em figura de gente (de gente conhecida), e subitamente fiquei com Muminha em frente de mim, com a sua figurinha de menino-de-almanaque, sua cor sem préstimo de feijão crescido ao pé de pote de água, e até com o José Mateus. o criado, respeitosa e uns passos atrás de Muminha, quando este saía das aulas do Seminário. de livros debaixo do braço.

Recordo-me perfeitamente, Muminha punha bem em evidência o compêndio de Desenho, do Coronel Marques Leitão, tão invejado por nós todos, porque o livro tinha uma bela capa verde, com as letras de identificação todas a branco, e além disso não se vendia nas lojas da ilha, e era necessário mandá-lo vir directamente de Lisboa pelo correio.

Lisboa! O prestígio que este nome tinha para nós, principalmente desde que estudámos no segundo grau o trecho tão bonito do João-da-cambrona sobre a conquista da cidade aos Mouros! Não garanto mas tenho quase a certeza de que Muminha manejava propositadamente a capacidade de despertar invejas contida nas seis letras da capital do País, quando, à saída do Seminário, passava por nós os externos com a sua Lisboa encadernada em verde. E ela fazia-nos parar um momento pensativo nas nossas brincadeiras brutas de futebol na calçada que ficava ao de fora do portão do Seminário e de combates com pedradas sobre soldados de papel fincados no chão, ou, de homem para homem, com granadas de olho-de-boi e lanças de cana-caninha.

E era sempre assim.

Muminha era constantemente motivo do nosso ódio ou do nosso desprezo («Menino fêmea» -- escarrava, enjoado, o Cesário), mas também, sejamos francos, das nossas conversas.

Este nome de Muminha foi uma das criações do José Coimbra. Mas não vos disse ainda quem era o Zé Coimbra.

Pois o Zé fazia trinta por uma linha. Nesse tempo começávamos a aprender as primeiras matérias de história pátria e universal. Depois vereis como é pertinente esta informação. Era coisa divertida ver como as noções que cada cónego ia ministrando do alto do seu estrado criavam em nós uma cócega insofrida de lhes acharmos correspondências na vida submetida à nossa experiência. Quando as não encontrávamos suficientemente ajustadas, exercíamos escandalosamente, à larga, o nosso talento de caricaturistas.

Ora, o Zé era o mais instantâneo e pronto de todos neste desporto de pesquisas metafóricas. Preciso explicar que não estou inventando neste momento o adjectivo que aí fica («metafórico»). Isto é coisa que faz parte integrante do meu património desde a época em que, com o Zé Coimbra, o Muminha, o Cesário e os outros meninos, eu estudava Retórica pelos compêndios do General Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas e de José Simões Dias, o poeta das «Peninsulares», como vim a aprender depois na aula de Literatura.

Disse-vos ainda agorinha que na ocasião devida vocês ficariam sabendo a razão por que lembrei as matérias de História que íamos estudando.

O conto volta atrás. Sabem como a vida, costumes, guerras, e também a má vida das pessoas que viveram antes de nós neste Planeta Terra vêm tratados nos compêndios escolares. É sempre a divisão irremediável: História Antiga Oriental, Ocidental ou Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Claro que os cónegos do Seminário tinham o bom senso de começar pela Antiguidade Oriental, e lá aparecia, logo na cabeça da procissão com a sua auréola de coisa milenária, a história do Egipto.

Devo dizer que nesta disciplina tínhamos a sorte invulgar de ser nosso professor um homem de quem não podíamos trocar. Ainda hoje, quando relembro a sua figura cheia de força e de cóleras instintivas, mas também de uma grande delicadeza viril, penso como o facto de nunca nos ter passado pela cabeça fazer dele objecto dos nossos motejos depõe a favor daquele sentido nativo de apreciação de valores que «exorna» as crianças, segundo a afirmação de alguns. Além disso, ele possuía uma qualidade rara, pelo menos no mundo de adultos à nossa roda: era capar de se entusiasmar e, o que é mais, de transmitir aos outros o seu entusiasmo.

A este respeito (desculpem os mil incidentes desta história que vos estou contando, mas suponho que tudo é necessário para vocês se certificarem intimamente da verdade da minha narrativa), a este respeito, dizia eu, recordo uma aula em que ele nos falava no 9 de Abril e de como os alemães vinham com grande poderio de homens e artilharia, mas os soldados portugueses lá se foram aguentando o mais que era humanamente possível nos campos de Flandres, e ali defenderam gloriosamente «os pergaminhos da raça». A certa altura, ele, que era já velho, de cabeça toda branca, levantou-se no estrado (coisa rara e pormenor que me ficou, porque os cónegos do Seminário passavam o tempo todo da lição sentados na cátedra) e afiançou-nos que, se tivesse estado lá, se não fosse com tiro era com a coronha da espingarda, se não fosse com a coronha da espingarda era com a mão, com os dentes, com o que o diabo quisesse. Foi um momento emocionadíssimo na aula -- o velho alçado no estrado, os olhos acesos e brandindo o ponteiro, que as mãos enclavinhavam belicosamente. Quando saíamos, ainda possuídos pela violenta emoção recebida na aula de História, achámos (e nisso recorremos às nossas noções de Estilística) que a figura do nosso velho mestre, quando nos fazia a narrativa do combate heróico e nos transmitia a lição de honra e patriotismo que ela continha, era a «imagem» de D. Afonso Henriques, hirto sobre o seu cavalo de guerra e de espada alta, desancando nos mouros.

O conto volta atrás outra vez.

Disse-vos não há grandes horas que nunca nos passou pela cabeça trocar do nosso professor de História. Nem fazer chacota nas suas aulas. Preciso rectificar. Isto é verdade mas, como toda a verdade, possui uma dose de relatividade susceptível de a reduzir a proporções mais modestas.

Entra novamente em cena o Zé Coimbra. Isto que vos dizia é verdade, menos em relação ao Zé, mas, mesmo assim, na medida em que o meu companheiro de todos os momentos e de todas as diabruras de então se não lembrava de exercer à sua maneira as vinganças que lhe vinham da alma contra a

parcialidade e o favor que no seu entender, havia geralmente estabelecidos no Seminário em proveito de Muminha.

Suponho que em grande parte esta reserva do Zé e, digamos a verdade, de todos nós com respeito a Muminha resultava do facto de não perdoarmos ao nosso camarada aquele sequestro da vida que o cercava como uma gelatina protectora. A extraordinária vitalidade de Zé Coimbra repugnava os mil cuidados (de indumentária, de comidas, de brincadeiras, de tudo) que adivinhávamos peando todos os passos de Muminha. Muminha não ia, como nós, todo suado, tomar banho no tanque do Vapor; não apanhava góia-góia e camarões na ribeira, nunca deu um pontapé nos nossos desafios de futebol; nem sequer tinha assaltado as hortas do Seminário para fazer piqueniques clandestinos de mangas e goiabas.

E isto era imperdoável aos olhos da meninência. Quem pensava Muminha que era? Na sua dialéctica, Zé Coimbra punha o dilema: ou Muminha era fêmea (doutrina sustentada pelo Cesário) ou Muminha era soberbo -- opinião para que o Zé, no fundo, se inclinava. Se era fêmea, que fosse chocar ovos debaixo das asas da mãe; se era soberbo, então o caso mudava de figura e impunha-se uma surra em forma.

E, depois, houve aquela sabatina célebre na aula de Português. Convém elucidar que tanto o Zé Coimbra, apesar do demónio que tinha no corpo, como Muminha, não obstante a sua maciez de quem não tem jeito para coisa nenhuma, eram esplêndidos alunos. O diabo do Zé sabia ter disciplina para estudar com regularidade as suas lições, e Muminha, esse, tinha a disciplina já preparadilha pelo sem-número de cuidados com que em casa regulavam os seus passos na vida.

Nessa sabatina o professor, segundo a opinião do Zé, foi parcialíssimo a favor de Muminha, ao dar razão a este de que era sinédoque uma figura ocorrente no trecho do dia, da selecta de Caldas Aulete, a qual para Zé Coimbra era uma metonímia reconhecível à vista mais desarmada. Foi o diabo cá fora, à saída da aula. Extremaram-se os campos. Os internos queriam impor-nos o prestígio da sua batina -- e eram por Muminha; nós, os externos, claro, sustentávamos e brigávamos pela metonímia do Zé Coimbra.

Contra o que era de esperar, o Zé portou-se calmamente no meio da nossa excitação. Até mesmo no momento em que Muminha saía do Seminário, com o José Mateus sempre atrás, e nem ao menos, olhou para nós. Zé não lhe largou uma das suas bojardas do costume.

Confesso que não atribuímos significação de maior à apatia do Zé. Talvez porque logo à saída tínhamos o exercício habitual, em que todos éramos peritos, de tirar tamarindos com pedradas às ramas do tamarindeiro grande do portão do Seminário -- uma maravilha, os tamarindos mais doces que havia na ilha. Evidentemente que este gesto da nossa vida (talqualmente os outros) não podia passar sem receber uma etiqueta do Zé Coimbra: ele chamava a isto pôr a vagem de tamarindo na posição de H₂O. Estou a vê-lo, de pedra na mão, o olho direito fechado e medindo bem o lance para ele sair certo. Não vos tinha dito ainda que o Zé era quase camões de um olho, por causa de uma conjuntivite de mau carácter de que sofrera quando ainda tamanhinho.

Ora sucedeu que numa das aulas seguintes de História o professor determinou uma razão de ordem em que tínhamos de começar pela História do Egipto. Foi então que Zé Coimbra teve a primeira oportunidade de se desforrar da sua derrota injusta na sabatina de que já vos falei. Quando o aluno encarregado da exposição falou dos ritos funerários do Egipto e veio com sarcófagos, túmulos, hipogeus, Zé não se pôde conter e declarou logo ao companheiro de carteira que o nosso condiscípulo não podia ser outra coisa senão uma múmia do Egipto. Não seriam estas, literalmente, as palavras do Zé Coimbra, mas suponho ter transmitido com fidelidade a sua substância. Daqui até o Zé lhe achar a alcunha definitiva não podia deixar de ser obra de um momento. Creio ser desnecessário explicar o processo instantaneamente seguido pelo Zé: aspecto macilento do nosso condiscípulo, portanto cadáver, portanto múmia; o diminutivo camarada e, na intenção do Zé, depreciativo, impunha-se por si próprio.

A segunda oportunidade para a desforra do Zé levou seu tempo, mas sempre chegou.

Saiamos da aula de Desenho, que era na parte da tarde e, contra o que era hábito, Muminha veio logo a seguir atrás de nós. Praticamente, Muminha seguiu misturado connosco na calçada da Chã de Abrantes, em direito da Passagem. Foi aí que Cesário fez a primeira aplicação efectiva da alcunha que Zé Coimbra tinha criado. O Cesário (o diabo em figura de gente) deixou-se ficar um pouco atrás e começou a gritar com voz fina:

-- Muminha!

A princípio não houve reacção de maior por parte da meninência. Cesário adoptou imediatamente outra táctica. Começou a escandir as sílabas e, com o grupo que logo se formou à sua volta, passou a gritar ritmadamente:

-- Mu-mi-nha!

Escuso dizer-vos que naquela agorinha foi um grito todo da meninência:

- Mu-mi-nha! Mu-mi-nha!

Soldaram-se as sílabas e imediatamente nos tornámos mais agressivos. Já clamávamos o nome mesmo aos ouvidos de Muminha.

Digo com toda a franqueza que Muminha se portou com uma grande dignidade naquele transe. Ia, é certo, com a cara fechada, mas não teve uma crispação no rosto, continuava o seu caminho como se não

estivesse vendo e ouvindo o grupo assanhado. José Mateus abriu caminho à força para chegar ao pé de Muminha e lhe emprestar a defesa do seu braço, mas Muminha afastou-o com um gesto, sem palavras.

A serenidade de Muminha desarmou-nos, e foi com um sentimento confuso (De humilhação? De desprezo? Talvez humilhação) que calámos o nosso brado. Parece que nesse momento Zé Coimbra teve a noção nítida de que o combate travado estava a decidir-se a favor de Muminha, e resolveu fazer pender o prato da balança para o seu, para o nosso lado. Com uma perfídia de gato, afastou uns quantos, postou-se em frente de Muminha e conteve-o crã, com as mãos enclavinadas no peito da camisa.

Demónio do Zé! Ele parece que possuía todas as teclas. Agora que tinha o nosso camarada preso pelo peito da camisa, Zé era uma espécie de bandido cavalheiresco que dá à sua vítima a oportunidade de se defender. Depois de realizado o gesto de poderio, Zé deteve-se e deteve Muminha à distância do braço. Passou-se assim um momento, até que Muminha começou a abrir muito os olhos e um fio de espuma lhe começou a sair por um dos cantos da boca. Já dávamos a vitória de José Coimbra como certa. Aquela manifestação emocional de Muminha não podia deixar de ser efeito do medo. Subitamente, Muminha deu um safanão e caiu com toda a força sobre Zé Coimbra. Seguiu-se um combate breve e confuso. Nenhum de nós ficou com certeza sobre a qual dos dois cabia a vitória. O certo é que foi preciso muita força e energia da nossa parte e do José Mateus para desenclavinarmos os dedos de Muminha do gasganete de Zé Coimbra.

Muminha, desmaiado, foi levado em charola para casa.

Passou-se mais tempo, tivemos mais aulas, fizemos outros exames. Tudo reentrou na «venturosa» normalidade e a cena da Chã de Abrantes sumiu-se para que outras impressões tivessem direito de entrada na nossa casa. A alcunha, essa, ficou para sempre.

No entanto, uma tonalidade um tanto diferente, que não sei explicar bem, insinuou-se no nosso conceito acerca de Muminha. Suponho que nenhum de nós seria capaz de definir esse diferente imperceptível, mas igualmente creio que, embora confusamente, sentíamos Muminha mais perto de nós. O quotidiano era o mesmo, mas tinha-se alterado qualquer coisa. Que seria?

Devo dizer-vos que tomávamos a sério os nossos deveres de estudantes. Debaixo da nossa epiderme havia, sem dúvida, muita tropelia, muita torpeza, muita bulha, perversidades, fugidas de casa; mas, satisfeitas essas necessidades de agitação que nos punham o demónio no corpo, *a prenda* (como então se dizia) era uma baliza muito aceitável como objectivo e forma de nobilitação. De aí o podermos conciliar a paixão insofrida pela mera agitação física com o sentimento vivo de emulação em tudo o que respeitasse às aulas.

Os exames estavam à porta, e agora só se falava em qual dos dois merecia distinção -se Zé Coimbra, se Muminha. Um dia, desgraçadamente, os prognósticos sofreram um abalo terrível quando estávamos na aula de Latinidade. Traduzia-se e comentava-se Horácio. Lembro-me bem, o professor, o Sr. Cónego Silva, estava assanhado com as hesitações do aluno no exame da métrica de uma ode asclepiadeia maior. Aquela barafunda em que se misturavam nomes quase mágicos para o pobre paciente (diga-se a verdade, um dos piores alunos da turma) -- pés, dipodia, forma logaédica, o diabo -- era um muro intransponível para o entendimento coriáceo do João Gertudes Duarte. Isto exasperava o velho latinista, que tinha as mais fundadas esperanças de que depois do treino adquirido com o hexâmetro dactílico catalético de Virgílio na primeira parte do ano a métrica horaciana seria água chilra para todos os alunos. Na ânsia de se sentir compensado dos seus esforços, o Sr. Cónego Silva não esteve com meias medidas e chamou logo ao lance uni dos «pesados» da turma, Muminha.

-- Quer ver? Quer ver? -- dizia ofegante para o João.

Muminha começou muito bem. A indicação do professor, foi explicando o esquema da estrofe, depois o esquema de cada verso e as vicissitudes da quantidade na sucessão troqueu-dáctilo. Tudo muito claro, muito calmo. O velho, parado, embevecia-se. Mas quando se ia passar para a segunda parte do exercício e à aplicação das regras expostas -- com a escansão, o livro caiu das mãos de Muminha. Na surpresa do imprevisto, o companheiro de carteira só pôde evitar que o corpo embatesse com demasiada violência sobre o soalho.

Felizmente funcionava nesse momento a aula de Introdução regida pelo médico da ilha, o único laico do corpo docente do Seminário. Ordenou logo a transferência de Muminha para casa.

Como num enterro de homem vivo, fomos acompanhando o préstito do nosso camarada. E fomos porque o Sr. Cónego Silva nos disse que era «bonito».

Não medíamos discriminadamente o estado de Muminha, mas o certo é que todos pressentíamos que qualquer coisa grave se estava passando com ele. Os nossos campos de batalha apareciam-nos agora apenas como descampados vazios de tudo o que até ali concretizara em corpo de gente a nossa necessidade de hostilidade contra... o quê? Deles tinha desertado, naquele momento em que acompanhámos a sombra de Muminha, Chã de Abrantes abaixo, o próprio Muminha. Não sei se todos o sentiriam da mesma forma, mas o certo é que Muminha tinha morrido, isto é, tinha morrido uma força ou uma fraqueza diferente, que eu, agora, precisava substituir. A minha piedade pelo corpo estendido de Maminha era, garanto, interessada. Para quê sermos hipócritas e querermos ver no nosso interesse pelas desgraças dos outros apenas, ou principalmente, piedade e simpatia de homem para homem? Hoje estou convencido de que, quando nos falta uma presença

simpática, se sucede invariavelmente um sentimento de lacuna e a consequente necessidade impreterível de outra presença compensadoramente simpática.

Deve ser por esta razão que não me lembro de qualquer sulco emotivo no meu espírito quando a mãe de Muminha surgiu alarmada à chegada daquela gente que lhe ia levar à casa o filho desmaiado. Curiosidade, sim, disso me lembro, uma curiosidade longamente represada de surpreender o ambiente interior de Muminha, que o seu viver especial e à parte nos vedava. Como nos outros éramos diferentes! As nossas casas eram de vidro transparente e, mesmo à noite, elas diziam à Lua: «Entre, senhora, não faça cerimónias, a casa é sua!» Quando eu procurava figurar como seria a casa de Muminha, nunca conseguia concretizá-la numa imagem familiar, um móvel, um retrato, uma cena de briga entre os pais. Mundo quase mítico, de fábula, cujos contornos se esbatiam inagarravelmente no nevoeiro do desconhecido.

No entanto a mãe, a Dona Leonor, acalmada a primeira emoção, tratou-nos como a velhos amigos. Via-se bem que para ela não havia complicações sentimentais naquele gesto de discípulos que na pequena vila acompanhavam o companheiro doente.

Via-se bem. Isto é modo de dizer ou, por outra, uma mentira com que neste momento tento interpretar à luz mais favorável para nós os nossos sentimentos de então. Se eu quiser ser sincero, não terei dificuldade em reconhecer que a afabilidade simples de Dona Leonor não pôs em movimento qualquer mecânica de simpatia da nossa parte. Talvez não seja sem razão que alguns falam da «crueldade essencial» das crianças. Mas, apesar de tudo, não posso também negar que eu me sentia cativado pelos seus modos de velha dona, apesar dos cabelos: não estavam penteados, ela não esperava visitas àquela hora. Pormenor que notei porque Mamãe tinha sempre as suas tranças penteadas com pente de cágado ou trancinha, e eu não podia conceber outra ordem além da que Mamãe respirava para mim.

Talvez voluntariamente, deixei sem menção a comparência do pai de Muminha na cena da chegada do filho à casa. É que a gente não sabia que diabo de papel lhe atribuir. Chegou ao quarto, postou-se em frente da caminha estreita, de ferro, e lá ficou como uma sombra muda. O único gesto que praticou foi, a certa altura, talvez pela fadiga daquela posição hirta e incómoda, voltar a cara para nós. Satisfeita esta necessidade de descanso, regressou à sua posição inicial -- e dir-se-ia que o desmaiado era ele e não Muminha, que agora, depois da porção aviada na Farmácia, lá ia dando seus sinais de vida, enquanto o Dr. Colaço ia para casa almoçar.

Aliás, o comportamento do pai de Muminha não destoava da imagem que dele tínhamos fixado. Raras vezes o víamos fora do seu escritório e da sua casa, e quase sempre era quando, impecavelmente vestido, de fato de casimira, gravata e tudo, ia no seu cavalo a passeio até às suas propriedades próximas. Às mais distantes -- era o José Mateus quem ia com carta de dono. Homem reservado, sem um sorriso, e apenas com dois amigos conhecidos, o Dr. Colaço e o Sr. Cónego Pinto, padrinho de Muminha. Com eles se entregava ao único entretenimento que se permitia: o bilhar.

Casa singular aquela. Diziam os velhos que era, pela certa, a mais antiga construção da Vila. Com o seu corpo comprido, de empenas baixas e as janelas do sobrado quase sempre fechadas, olhava-se para ela com um misto de ódio e de terror supersticioso. À noite, positivamente, não passaríamos por lá sem gente grande que nos acompanhasse. Possivelmente nisso entraria a proximidade do Canalinho da Tumba; mas também é verdade que os nossos ouvidos andavam cheios das vozes do mundo, que nos contavam histórias misteriosas e perversas de encantados, dos velhos tempos do Dr. Júlio. Não há dúvida, a lenda tinha-se apoderado daquela casa velha, justamente pelo seu viver desintegrado da vida do pequeno burgo de que fazia parte, pelo seu retraimento banhado de silêncio. Porém, é bem possível que sob esse nevoeiro houvesse que contar com a miséria da condição humana. Muminha nasceu ali. Para nós, afinal de contas, ele era mais um da série, mais o pai e mais a mãe.

Entretanto (veja-o agora), o nosso juízo era totalmente injusto.

Disse-vos agorinha que quando se manifestou o segundo ataque de Muminha (o primeiro -- lembram-se -- foi na Chã de Abrantes) estávamos no fim do ano lectivo e já líamos Horácio e os outros autores da Latinidade. Ora o novo acesso do nosso camarada era mais grave do que a princípio supôs o Dr. Colaço. Muminha recuperou os sentidos, mas foi ficando com uma quebreira no corpo, uma falta de sentido de equilíbrio que por bastante tempo não lhe permitia dar um passo sem ser amparado.

Chegou Julho e, claro, nem pensar no seu exame. Terminado o ano lectivo, cada qual foi para seu lado. Uns ficaram na Vila, mas outras foram para o campo, porque eram chegadas as as-águas. Os estudantes de Cornélio, Virgílio e Horácio também eram necessários para vigiarem os trabalhos ou pegarem na enxada, conforme as posses de cada um.

Em Novembro começaram as aulas, e todos lá estavam falando, gritando, jogando, no Portão do Seminário. Só faltava Muminha. Um dia o pai foi ao Seminário, entrou e ficou longos momentos lá dentro. Contra o costume, a sineta demorou a tocar chamando-nos para a aula. Não foi preciso muita argúcia da nossa parte para adivinharmos que o pai do nosso companheiro estava fechado em conferência com o Sr. Cónego Pinto, vice-reitor e padrinho de Muminha.

Enfim saiu, quando já se tinha esgotado o tempo de tolerância. Inesperadamente para nós, parou. Ficámos à distância, desconfiados -- e isto parece que doeu ao velho, porque era um velho que víamos à nossa frente. Aqueles bigodes tão façanhudos, que nos lembravam o Kayser das ilustrações, pareciam

mortos, sem aquele tique interrogativo que lhes levantava as guias, e era tão célebre na Vila. Talvez, até, os olhos estivessem humedecidos, mas disto não tenho certeza. Ele mesmo procurou romper o constrangimento. Dirigiu a fala a este, àquele; perguntou pela família, pelas hortas, se a colheita do milho estava garantida.

Depois parece que tomou coragem, e foi com um tom dorido na voz que se nos dirigiu:

--Não sei se vocês sabem que Francisco (era o nome de Muminha) continua doente...

Num esforço:

-- Gravemente doente. O Sr. Dr. Colaço disse que ele precisa de ir fazer um tratamento prolongado em Lisboa.

Olhou um momento para o Zé Coimbra:

-- Sei que vocês têm tido seus dares-e-tomares com Francisco, por causa de um nome que lhe puseram. José Mateus contou-me...

Um ligeiro sorriso aflorou na sua boca de comissuras caídas e amargas.

--Não cuidem que eu fiquei zangado. Vocês ainda são crianças; eu também fui criança. E muita alcunha pus aos meus companheiros...

Cada um lá sentiria a sua reacção perante as palavras do pai de Muminha. Mas o certo é que não era o mesmo aquele homem que antes caracolava no seu cavalo Cancela acima, com um ar tão distante que ninguém se aventurava a dar-lhe as boas-tardes antes de ele levar levemente as pontas dos dedos à pala do boné de montar.

Concluiu um pensamento escondido:

-- Estou certo de que vocês são amigos de Francisco. Ele é muito vosso amigo, creiam. Se não fossem as ordens do doutor, o que ele queria era estar no meio de vós, frequentando as aulas, jogando convosco. Só fala em vocês todos...

A sua voz era macia como uma súplica sem esperança:

--Por isso vos venho pedir que amanhã vão todos merendar lá em casa para a despedida de Francisco. Sabem vocês que ele é que lembrou esta ideia tão boa? No sábado Francisco embarca no «Manuel» para ir tomar em S. Vicente o pacote de Lisboa.

Familiarizado, já agora, connosco, dirigiu-se a Zé Coimbra e pegou-lhe amigamente na orelha:

--Nunca te esqueças do teu amigo... Pede a Deus que lhe dê a sua saúde.

Havia uma revolta vinda não se sabe de onde quando lhe acrescentou:

--Teu pai é um homem de bem, e tenho-o no número dos meus amigos mais seguros. Foi meu empregado muitos anos, e talvez não saibas que, quando nos primeiros tempos Muminha (como tu dizes) tinha um ataque, era a ele que chamávamos para nos ajudar -- para que ninguém, ninguém mais, só nós e Deus, soubesse!...

Fomos todos à merenda. Dona Leonor e o marido foram perfeitos de atenções e guloseimas. Muminha, na sua fraqueza de convalescente, não nos podia acompanhar no nosso apetite de lobos, mas via-se bem que ele estava aproveitando o último sol (tão quente) da sua, da nossa infância.

Pelo Zé Coimbra soubemos o nome da doença de Muminha. Com todas as reservas, e depois de nossa merenda de amizade, o pai do Zé confiou-lhe o que sabia há tantos anos.

Muminha sofria de ataques epilépticos desde a primeira infância. «Epilépticos». O único drama que podíamos suspeitar nesta palavra era na sua superfície: palavra esdrúxula. Uma complicação dos diabos, que nos obrigava, nos exercícios, a consultar o vocabulário de Gonçalves Viana, para averiguarmos se tal palavra era ou não esdrúxula (dactílica -- gostava de dizer o Sr. Cónego Silva) e, assim, lhe pespegarmos, ou não, o acento agudo ou circunflexo na antepenúltima sílaba.

Reprodução do conto em versão integral expressamente autorizada pela Exma. Senhora D. Teresa Lopes da Silva, em Fevereiro de 2014.

Baltasar Lopes, «Muminha Vai para a Escola, in *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea*, Praia, Ed. Henriquinas, 1960, p. 153-173.. Primeira publicação, in *Boletim Cabo Verde*, Nº 33, Ano III, Jun./1952.